
Deserto de notícias no contexto brasileiro: uma proposta que considere as regiões geográficas intermediárias e imediatas¹

César Franco dos Santos Martins²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo

Este artigo apresenta apontamentos iniciais de pesquisa que tem como principal questionamento o uso do conceito de deserto de notícias no território brasileiro. Tem-se como proposta neste texto problematizar o conceito e expor o desenvolvimento do estudo a partir de três pontos: a abordagem do conceito no Brasil (indagações que motivam a pesquisa); a inserção das regiões geográficas intermediárias e imediatas para o desenvolvimento do conceito (proposta); os caminhos e critérios traçados a partir da proposição (direcionamento da pesquisa). No terceiro ponto, em direcionamento, desenvolve-se sobre as duas regiões geográficas imediatas que se pretende trabalhar (a de Juiz de Fora e a de Manhuaçu) e os municípios caracterizados como deserto de notícias que integram essas duas regiões do estado de Minas Gerais.

Palavra-chave: deserto de notícias; divisão regional; região intermediária; região imediata.

Introdução

O conceito de deserto de notícias aparece no contexto estadunidense a partir de um cenário em que há um avanço dos grandes grupos de mídia sobre os pequenos jornais do interior. Fundos de investimentos começaram a comprar grupos e gerenciar os jornais, surgindo, assim, um novo tipo de “dono de jornal” (Abernathy, 2016). Essa alteração, que foi observada ao longo dos anos³, fez os interesses comerciais e financeiros se sobreporem a responsabilidade cívica. A missão passa a ser gerar dinheiro para os investidores e o foco nas receitas se torna prioritário, o que resulta em retirar tudo aquilo que consideram não gerar lucro adequado – incluindo jornais (veículos locais são os mais afetados).

Diferentemente do Brasil, que tem o rádio como veículo essencialmente local, nos Estados Unidos são os jornais impressos que cumprem essa função. Mesmo na era digital

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cazarfsmartins1997@gmail.com.

³ Na pesquisa *The rise of a new media baron and the emerging threat of news deserts*, publicada em 2016, Abernathy aponta que, no intervalo de pouco mais de dez anos (2004-2016), mais de um terço dos jornais dos Estados Unidos mudou de proprietário – alguns por duas ou mais vezes. Além do fechamento de vários jornais, muitos dos que sobreviveram e cumpriam o papel de “abastecer” as comunidades com informações locais, tiveram suas publicações reduzidas (muitos que eram diários passaram para semanais).

são os impressos que continuam como principal ou única fonte de notícias em diversas comunidades, principalmente nas pequenas e médias cidades, já que em muitas não há acesso aos meios digitais e, quando se tem, a maioria das notícias que circulam são nacionais, há, portanto, uma “nacionalização das notícias” (Abernathy, 2023). O conceito surge então de um contexto particular: investimento de empresários na indústria jornalística e a expansão dos grandes grupos de comunicação que comprometeram a sobrevivência e a independência dos veículos locais⁴, sobretudo, no principal meio de notícias do país, os jornais impressos.

Essa breve descrição do surgimento de deserto notícias como conceito se faz importante porque se trata justamente de um ponto chave que sintetiza as ideias desenvolvidas neste artigo e suas projeções: contextualizar para aplicar o conceito. Quando “importamos” um conceito e já aplicamos diretamente no Brasil, pode ocasionar um reducionismo e deixarmos alguns “buracos” em sua definição, aplicação e implementação – é o que acreditamos que acontece no caso aqui abordado.

No Brasil, deserto de notícias começou a ser explorado em 2017 pelo Atlas da Notícias – projeto inspirado no America’s Growing News Desert, da revista Columbia Journalism Review – com a realização do levantamento de veículos de comunicação para verificar a presença de jornalismo local nos municípios. A ausência de um veículo local é a essência do que se define como deserto de notícias, mas consideramos, sobretudo na realidade brasileira, que o mesmo envolve questões que não se limitam a esse fato.

Este artigo apresenta apontamentos iniciais de pesquisa realizada em âmbito de doutorado que tem como principal questionamento a utilização do conceito de deserto de notícias no território brasileiro. Trata-se de um estudo em estágio inicial e tem-se como principal proposta neste texto problematizar o conceito e apresentar direcionamentos para a pesquisa a partir de três pontos: a abordagem do conceito no Brasil a partir do Atlas da Notícia (indagações que motivam a pesquisa); a inserção das regiões geográficas intermediárias e imediatas para o desenvolvimento do conceito (proposta); caminhos e critérios traçados a partir da proposição (direcionamento da pesquisa).

⁴ Também no primeiro relatório divulgado com recorte entre 2004 e 2016, os dados apresentam que enquanto os jornais de pequeno porte desapareceram, as maiores empresas jornalísticas cresceram. Ao final de 2004, as maiores companhias dos Estados Unidos (Gannett, Knight Ridder, Advance Publications, Tribune Publishing, MediaNews Group, Journal Register Co., Hearst Corporation, McClatchy, EW Scripps, Media General) administravam 487 jornais com uma tiragem combinada de 9,8 milhões de exemplares. Em 2016, essas companhias já reuniam cerca de 900 jornais com circulação combinada de 13 milhões de exemplares (Abernathy, 2016).

Deserto de notícias: um conceito quantitativo?

O mapeamento realizado pelo Atlas da Notícias para identificar veículos de comunicação no Brasil e onde se localizam é uma partida para o estudo. É um importante levantamento para compreendermos os locais que podem ter mais necessidades de apoio ao jornalismo local. O coordenador de dados do Atlas da Notícia e diretor do Volt Data Lab, Sérgio Spagnuolo⁵, considera o trabalho desenvolvido pelo Atlas da Notícia como um censo, tendo como uma das funções fomentar dados e informações para a realização de pesquisas.

Abordar este conceito numa pesquisa acadêmica, no entanto, faz com que seja imprescindível levantar questionamentos não só sobre uma possível ausência/precariedade das localidades que os dados nos apresentam, mas também a respeito da própria caracterização do que é um deserto de notícias. Afinal, o que é um deserto de notícias no Brasil? Basta ser um município sem veículo de comunicação local? Ou seja, resume-se aos números? Um conceito quantitativo?

Nosso intuito não é apontar para que o próprio Atlas da Notícia resolva essas questões, que, no nosso entendimento, abrangem outros aspectos a serem analisados – a própria coordenação do Atlas pontua sobre valer-se dos dados como um ponto de partida. Nosso incômodo é a associação que se coloca de que a ausência de um veículo numa determinada localidade já faz dela um “deserto” – uma simples ligação entre resultado do levantamento e conceito. Esse nos parece um conceito mais complexo do que a mera relação entre ausência e presença de veículo jornalístico.

A abordagem de deserto de notícia de forma quantitativa é mencionada por Reis (2022) quando aponta a diferença entre a apropriação do conceito pelo Atlas da Notícia com a da elaborada nos Estados Unidos. Por identificar uma associação política significativa nas mídias do interior maranhense, a pesquisadora coloca que “o conceito central de deserto de notícias vai além da presença ou não de veículos jornalísticos, pois se preocupa com a independência e a qualidade das notícias” (Reis, 2022, p. 223).

Os municípios caracterizados como deserto de notícias certamente podem se diferenciar de diversas formas: desde as distinções regionais e culturais, como na localização geográfica dentro do próprio estado; a proximidade com alguma metrópole,

⁵ Sérgio Spagnuolo, *fala durante a live “Webinar #30: Atlas da Notícia 2023: por que os desertos de notícia diminuiriam?”*, transmitida por The International Journalists' Network, YouTube, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E9dkJA4F0Ck>. Acesso em: 22 maio 2025.

capital, centro regional e/ou demais municípios menores que se encontram ao entorno; e no próprio desenvolvimento interno relacionados a aspectos como saúde, educação e renda. É preciso reconhecer singularidades das localidades, mas também não as considerar de forma isolada ignorando o contexto no qual se localizam.

Alguma dessas inquietações com o conceito resulta-se de pesquisa realizada em três municípios caracterizados como deserto de notícias na região da Zona da Mata Mineira (Martins, 2022); se notou diferenças que podem ser justificadas na relação entre a localização geográfica do deserto de notícia com o centro regional da região (Juiz de Fora)⁶. Constatou-se que os dois municípios (Cipotânea e Sericita) que se encontram mais distantes de Juiz de Fora se diferenciam daquele que se encontra mais próximo (Santos Bárbara do Monte Verde), principalmente, em dois aspectos.

O primeiro é a relação que se tem com o centro regional pela proximidade geográfica. Por Santa Bárbara do Monte Verde se localizar mais próximo de Juiz de Fora, os acontecimentos do centro regional têm um impacto mais direto na vida de seus habitantes do que em relação aos de Cipotânea e Sericita. Além disso, faz com que se tenha mais possibilidade de veículos de comunicação de Juiz de Fora abranger o município de Santa Bárbara em sua cobertura jornalística – e de forma mais efetiva – do que outros que estão mais distantes, mesmo que também façam parte da mesma região.

O segundo aspecto – que pode ser interpretado como consequência do primeiro – diz respeito à movimentação por parte dos cidadãos em criar meios/estratégias comunicativas para noticiar os acontecimentos da localidade. À época da pesquisa, mesmo sendo considerados desertos de notícias pelo Atlas (quarta edição), Cipotânea e Sericita, diferentemente de Santa Bárbara do Monte Verde, tinham rádio comunitária e páginas em redes sociais que se apresentavam com a proposta de noticiar os acontecimentos local. É possível associar que esses movimentos acontecem justamente por sentir que há uma ausência na cobertura jornalística regional e de serem representados.

⁶ No caso da pesquisa em questão usou-se o centro regional como referência pois era a cidade de maior hierarquia urbana na região da Zona da Mata Mineira.

Uma abordagem considerando os fluxos: a inserção das regiões geográficas intermediárias e imediatas

Consideramos que há diferentes tipos de “deserto”, um caminho possível e que pretendemos utilizar é abordá-lo a partir das regiões geográficas intermediárias e das regiões geográficas imediatas⁷ – guiando-se da seguinte questão: qual papel e qual função as regiões intermediárias e imediatas podem exercer no avanço do conceito no Brasil? Essa divisão tem como intuito colaborar com a compreensão territorial brasileira, dividindo-a em partes menores e considerando as cidades como pontos de partida para organizar o território e a maneira como se relacionam com os fluxos de serviços, informações e consumo (IBGE, 2017).

O Brasil possui 133 regiões intermediárias e 510 regiões imediatas. As imediatas são áreas que procuram centros urbanos próximos para que atendam às necessidades mais diretas: emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos. Já as intermediárias organizam as regiões imediatas no território e oferecem serviços mais complexos, como, por exemplo, serviços médicos especializados e universidades.

Assim, no desenvolvimento de deserto de notícias no território brasileiro, acreditamos que uma importante tarefa é verificar as condições dos municípios no contexto em que estão presentes, de modo relacionar com a região intermediária e imediata que integram. Ao propor uma análise a partir da divisão regional, estamos, consequentemente, levando em conta também uma série de elementos essenciais: a hierarquia das cidades, a rede urbana, o arranjo populacional, os fluxos de consumo e informação.

Em levantamento realizado entre os anos de 2017 e 2022, constatou-se que as produções científicas brasileiras que citavam deserto de notícias, em sua maioria, apresentavam o conceito como um dado estatístico (utilizando-se o Atlas da Notícia como fonte) para contextualizar o cenário jornalístico da região abordada no estudo (Coutinho; Moreira; Martins, 2022). De 2022 até 2024 – em consulta realizada no Banco da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para dissertações e teses;

⁷ Nova divisão regional elaborada pelo IBGE em 2017 que passou a substituir as mesorregiões e as microrregiões, respectivamente. A Divisão Regional do Brasil de 1989, com mesorregiões e microrregiões, caracterizava um território brasileiro diferente do que existe atualmente (IBGE, 2017). Para a nova divisão alguns dos elementos considerados foram: a rede urbana, a classificação hierárquica dos centros urbanos, as articulações entre os municípios e os fluxos de gestão. “Contudo, está prevista a publicação de dados por Meso e Microrregiões Geográficas até o final da divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022, prevista para 2026”. (IBGE, 2022, p.153).

no Portal Capes e na Scientific Electronic Library Online (SciELO) para artigos em periódicos; e na Intercom, Compós e SBPJor para artigos em congressos – observou-se que permanece uma tendência de utilizar o conceito somente a partir dos dados divulgados pelo Atlas da Notícia, sem questionamentos sobre sua aplicação no Brasil⁸.

No entanto, há contribuições que utilizaram o conceito para além do quantitativo: ressaltando a importância de considerar a origem, a demografia e a função das cidades na rede urbana (Deolindo, 2018); as possíveis relações que o veículo de comunicação pode estabelecer não somente com o lugar que tem a sede, de modo a considerar os fluxos noticiosos e as articulações entre as cidades (Deolindo, 2019); e o papel que as cidades médias podem desempenhar nos serviços de mídia como locus de cobertura regional a partir do “Jornalismo de Influência Regional” (Reis, 2022).

Mais diretamente sobre deserto de notícias, Reis (2022, p. 84) aponta que “são uma realidade complexa que merece ser melhor investigada e discutida nos estudos atuais da mídia e do jornalismo local, especialmente no cenário brasileiro”. Levanta também a possibilidade de cidades médias darem suporte midiático às cidades menores que são deserto de notícias e a importância de desdobramentos a respeito do conceito: “ouvir com mais assiduidade as pessoas destes lugares é uma missão salutar, que pode ajudar bastante a entender a complexidade dos desertos de notícias além do dado quantitativo de infraestrutura” (Reis, 2022, p. 226).

Outro aspecto que também vale ressaltar, que reforça a importância de não ignorarmos as funções das regiões intermediárias e imediatas na abordagem de deserto de notícias no Brasil, é a unidade territorial de análise. Nos Estados Unidos usam-se condados, que são em média maiores que os municípios brasileiros e geralmente agrupam vários perímetros urbanos, ou seja, tem várias cidades no mesmo recorte, isso significa que ao usarmos municípios como a unidade territorial de análise, altera-se o sentido original do conceito (Aguiar, 2022).

Nossa proposta, então, sumariamente, se dá a partir de duas direções que se conectam: a primeira que trata de forma mais direta do município caracterizado como deserto de notícia (levar em consideração as particularidades, formas de resistências que podem se fazer presente num cenário de escassez noticiosa, estratégias comunicativas,

⁸ Essa observação não faz juízo de valor das produções – até porque muitas não têm como preocupação central o conceito –, mas sim para demonstrar uma precariedade de produções que questionam a maneira como deserto de notícias é utilizado no território brasileiro.

etc); e a segunda a partir das regiões intermediária e imediatas (relação das cidades que cumprem essa função com os “desertos de notícias”). A partir dessa perspectiva, faz-se necessário um direcionamento de pesquisa em escala⁹ local e regional, de modo que, para além da presença de veículos de comunicação, seja possível realizar uma análise mais precisa do contexto dos municípios e identificar pontos que não são vistos à “distância”.

Primeiros passos a partir da perspectiva proposta

Para um direcionamento no desenvolvimento de deserto de notícias, temos como primeiro recorte o estado de Minas Gerais que, de acordo com o Atlas da Notícia, em seu último levantamento (sexta edição), tem 494 desertos de notícias – o que representa mais da metade dos municípios presentes no estado (58%). Minas Gerais é o estado brasileiro com mais municípios (853), que se distribuem em 70 regiões imediatas agrupadas em 13 regiões intermediárias. Temos, então, como segundo recorte uma região geográfica intermediária: a de Juiz de Fora.

A região geográfica intermediária de Juiz de Fora ocupa cerca de 6,6% da superfície de Minas Gerais e conta com 146 municípios distribuídos em dez regiões geográficas imediatas: de Juiz de Fora, de Manhuaçu, de Ubá, de Muriaé, de Cataguases, de Ponte Nova, de Viçosa, de Carangola, de São João Nepomuceno-Bicas e de Além Paraíba. Há 2.259.836 habitantes (IBGE, 2023), o que corresponde a 11% da população total do estado. Nessa região, soma-se 89 deserto de notícias, 40 quase deserto de notícias¹⁰ e 17 não-desertos.

Todas as dez cidades que representam as regiões imediatas aparecem como não-desertos, ou seja, possuem mais de dois veículos de comunicação. Pensando nas diversas assistências que essas localidades oferecem para as menores, levanta-se a possibilidade desses veículos serem importantes também para os desertos de notícias por dois motivos: alguns podem fazer a cobertura desses municípios – assistência na produção noticiosa como mais um serviço oferecido pela “cidade referência” (1); e o que divulgam de informação das “cidades referências” serem de interesse também dos habitantes das cidades menores que se encontram próximas (2). Se a “cidade referência” é responsável

⁹ Para o termo “escala” há dois significados diferentes: um que refere à proporção entre o tamanho dos objetos na superfície da Terra e o que está representado em um mapa; e o outro é usado como uma abreviação para descrever uma unidade de área na superfície da Terra ou a extensão de um alcance geográfico de um processo e/ou fenômeno (Herod, 2011). Nos referimos à segunda definição.

¹⁰ O Atlas da Notícia classifica como quase deserto de notícias os municípios que possuem um ou dois veículos de comunicação.

por atender algumas necessidades (emprego, saúde, prestação de serviços públicos, etc), os acontecimentos nela, que tem função de organizar a região imediata, refletem de forma mais direta também nos habitantes dos municípios que se localizam no entorno.

A partir da região intermediária de Juiz de Fora, optou-se por duas regiões imediatas: a de Juiz de Fora e a de Manhuaçu. Essa escolha se deu para pesquisar a partir de um possível contraponto, levantando assim, a possibilidade de distinção entre as assistências oferecidas por regiões imediatas de diferentes portes aos municípios integrantes de cada uma.

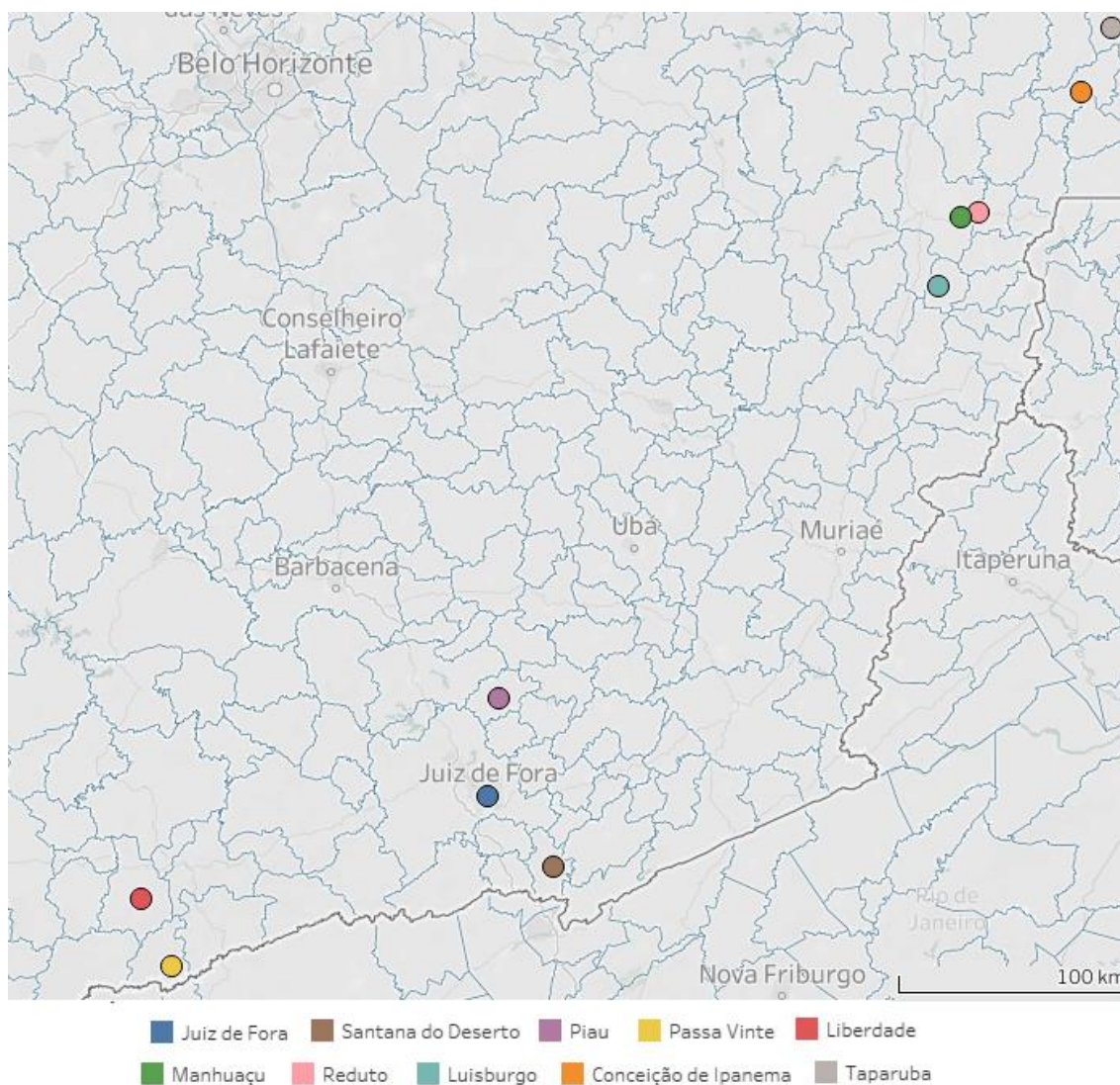
A cidade de Juiz de Fora é classificada como “Capital Regional B” pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é a “cidade referência” para 146 municípios – para 117 com serviços mais complexos (função de intermediária) e para 29 municípios com necessidades mais diretas (função de imediata). É a cidade com “raio” de influência mais significativo nessa área de Minas Gerais e possui 540.756 habitantes (IBGE, 2023).

Se Juiz de Fora aparece como a cidade mais capaz de oferecer bens e serviços para os cidadãos que residem nos municípios do entorno, a escolha pela segunda cidade – que também cumpre função de região imediata – se deu pelo oposto: aquela que num primeiro momento aparenta ser a menos influente, no caso, Manhuaçu. Os motivos foram: das dez cidades que cumprem o papel de organizar a região imediata na região intermediária de Juiz de Fora, Manhuaçu é a segunda menos populosa, com 91.886 habitantes (IBGE, 2023) – ou seja, não é considerada cidade média pelo IBGE; é a que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre as dez cidades; e é a segunda que possui mais municípios (24) na região imediata – atrás apenas justamente de Juiz de Fora, que diferentemente de Manhuaçu apresenta um “raio” de influência mais significativo.

A partir desse contraste entre as regiões imediatas, foram selecionados para a pesquisa oito desertos de notícias: quatro que estão na região imediata de Juiz de Fora e quatro que estão na região imediata de Manhuaçu. O intuito foi selecionar dois mais próximos – que fazem divisa – de Juiz de Fora e de Manhuaçu; e outros dois que também integram a mesma região imediata, mas se localizam mais distantes. Assim, temos a possibilidade de verificar o impacto de estar mais próximo ou não geograficamente da cidade referência; é possível também estabelecer uma comparação não só entre os que se encontram mais próximos e mais distantes, mas também entre os dois municípios de cada região que estão “na mesma condição” de distanciamento.

Além do ponto de partida de serem classificados como deserto de notícias pelo Atlas da Notícia e também da localização geográfica, o outro critério foi o IDHM, selecionou-se aqueles que possuem a menor média. Na região imediata de Juiz de Fora os desertos de notícias a serem pesquisados são: Piau, Santana do Deserto, Passa Vinte e Liberdade. Em Manhuaçu, os selecionados foram: Reduto, Luisburgo, Conceição de Ipanema e Taparuba.

Figura 1 – Localização geográfica das cidades



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apontamentos

Deserto de notícias surge como conceito a partir de uma consequência que se deu em outra realidade, vinculado a um cenário específico (de negócios, temporal e geográfico) de mídia nos Estados Unidos (Moreira; Del Bianco; Martins, 2021). Há diferenças entre Estados Unidos e Brasil que não somente ao território e ao veículo de comunicação mais consumido, mas também em aspectos culturais, sociais, políticos e de organização geográfica.

Em suma, nossa proposta na abordagem de deserto de notícias é considerar sua essência (escassez de notícias local), mas levando em conta as particularidades do Brasil, o que significa ir além da quantificação de veículos de comunicação por município. O território brasileiro já apresenta uma divisão regional que considera os fluxos de bens e serviços das cidades, então, por que não ter como base essa organização estabelecida (que implica em diversos tipos de assistências) para verificar uma possível escassez de notícias local?

Trata-se, então, de considerar dois grandes aspectos para um direcionamento à realidade brasileira: um sobre o território e sua organização; e o outro que diz respeito ao sistema de mídia do Brasil e sua implicação na produção e consumo de informação local – um contexto em que a expansão da radiodifusão fez o rádio ter uma importante função na disseminação de informações para áreas remotas e um papel local, e, posteriormente, a expansão do digital. Ou seja, aspectos que se diferem de forma significativa da realidade onde se deu o surgimento de deserto de notícias.

Acreditamos que o conceito é caro ao cenário brasileiro – território vasto e desigual –, mas que necessita de um avanço para além do quantitativo. Assim, o principal objetivo desta pesquisa (ainda em estágio inicial) é que a abordagem do conceito a partir da região intermediária de Juiz de Fora resulte em contribuições não apenas que dizem respeito a região em si, mas que apresente um avanço na aplicação do conceito e elementos que possam ser considerados para estudos em demais regiões do país.

Referências

ABERNATHY, P. M. **The Rise of a New Media Baron and the Emerging Threat of News media Deserts**. The University of North Carolina Press: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2016.

_____. Democracia, informação e mídia local para superar os desertos de notícias: entrevista com Penny Abernathy. Entrevistada concedida a Sonia Virgínia Moreira e Jacqueline da Silva Deolindo. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. 182–195, 2023.

AGUIAR, P. Suzy dos Santos foi minha orientadora de mestrado [...]. 9 ago. 2023. Twitter: @pedreco. Disponível em: <https://x.com/pedreco/status/1689368244719636480>. Acesso em: 28 maio. 2025.

COUTINHO, I. M. S.; MOREIRA, S. V.; MARTINS, C. F. S. Desertos de notícias na produção científica brasileira: origem do conceito, contextos e aplicações no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 24, n. 2, p. 65–79, 2022.

DEOLINDO, J. S. O deserto da notícia no interior Brasil - apontamentos para uma pesquisa. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**, 41., 2018, Joinville. Anais... São Paulo: Intercom, 2018.

_____. **O negócio da mídia no interior**. Curitiba: Appris, 2019.

HEROD, A. **Scale**. London: Routledge, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 80 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

_____. **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101962.pdf>.

_____. **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>.

MARTINS, C. F. S. **Desertos de notícias na região da Zona da Mata Mineira**: produção e carência de informação local. 2022, 162 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

MOREIRA, S. V.; DEL BIANCO, N. R.; MARTINS, C. F. Mídia audiovisual no interior do Brasil e produção local de informação. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 2, 2021.

REIS, T. A. **A cidade de notícias**: um estudo do jornalismo de influência regional de Imperatriz no Maranhão. 2022. 257 f. (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.